



## FILIAIS E AGÊNCIAS

### - FILIAL DE LEIRIA -

#### A Delegação

Comemorar-se-á em 2017 os 130 anos de atividade da Caixa Geral de Depósitos (CGD) na cidade de Leiria, datando de 21 de dezembro de 1887 a inauguração da sua Delegação junto da Repartição Distrital de Finanças (nesse dia foi efetuado o primeiro depósito à ordem por José Bernardo da Silva, funcionário da Administração Postal daquela cidade).

Devido ao desenvolvimento da atividade bancária, refletido no volume de depósitos registados pois “(...) em 1911 e 1912 foram de 366:000\$00 e em 1913 a 1914 quasi duplicaram, atingindo 800:000\$00.”<sup>1</sup>, a Administração da CGD manifestou interesse na instalação de uma filial em Leiria, conforme Ofício enviado ao Presidente da Junta Geral do Distrito de Leiria em 26 de julho de 1919. Procurava, também, corresponder aos desejos das “forças vivas” da cidade (Câmara Municipal, Junta da Paróquia e Associação Comercial).

Em sessão realizada em 22 de outubro de 1919, o Conselho de Administração da CGD criou a Filial de Leiria, decisão enquadrada pelo art.º 1.º da *Lei Orgânica* da CGD de 1918 no qual está expresso no ponto «12.º Criar filiais, delegações ou agências com pessoal próprio da Caixa, onde o julgue necessário;»<sup>2</sup>, tendo, para o efeito, solicitado à Junta Geral de Distrito a cedência de instalações no Largo das Galinhas (atualmente Largo Cónego Maia), junto à Sé Catedral, onde teria funcionado o Asilo Distrital e, anteriormente, a sede da Junta de Freguesia de Leiria.

<sup>1</sup> AHCGD, Caixa 16, Pasta DPO-99 (Leiria) – Carta da Câmara Municipal, de 20 de outubro de 1919.

<sup>2</sup> *Lei Orgânica da Caixa Geral de Depósitos, Decreto com força de lei n.º 4 670 de 14 de Julho de 1918, Diplomas Complementares*, Tipografia da Caixa Geral de Depósitos, Lisboa, 1927, p. 9.



## As primeiras instalações da Filial

Data de 5 de dezembro de 1919 a cedência, por parte da Junta Geral, de duas salas no primeiro pavimento do citado edifício, “(...) com a condição de que a mesma Caixa fará as despesas de adaptação e quando se instalar noutra edifício (...) as salas ora postas à sua disposição, voltem á posse da Junta Geral (...) sem indemnização (...)”<sup>3</sup>, conforme definido em Certidão daquela Junta Geral

Embora com condições bastante precárias (por exemplo, a lenha destinada ao aquecimento era armazenada no espaço reservado ao arquivo central), em 10 de outubro de 1920 foram inauguradas as instalações no Largo das Galinhas, sendo a equipa constituída pelo chefe de Filial, Rodrigo Alberto da Silva (entre 1920 e 1930), e quatro funcionários.

No entanto, para efeitos de uso próprio da Junta Geral, em 24 de dezembro de 1927 o chefe da Filial foi informado, através de Ofício enviado pela Comissão Executiva da Junta Geral, da necessidade da CGD desocupar as instalações.

Por falta de alternativas viáveis, somente em 18 de dezembro de 1936 o chefe da Filial recebeu instruções da Administração da CGD para proceder à transferência dos serviços para o rés-do-chão de um prédio situado na Av. dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 10 a 14, que tinha sido arrendado ao comerciante Francisco Marques, proprietário da empresa Auto-Leiriense, pelo valor mensal de 700\$00.

Estas instalações seriam partilhadas com um estabelecimento comercial, o Café Colonial (atualmente ainda ali instalado), como contrapartida da saída do comerciante do edifício adquirido pela CGD na Rua João de Deus e que seria demolido para permitir a construção do edifício definitivo da Filial.

O contínuo desenvolvimento da região de Leiria e a necessidade de dotar os serviços com a qualidade e as infraestruturas adequadas ao crescente volume

---

<sup>3</sup> AHCGD, Caixa 16, Pasta DPO-99 (Leiria) – Certidão, de 2/1/1920.



de negócio, foi impondo a pretensão de se realizar um projeto de construção de um edifício de raiz.

Assim, em correspondência enviada em 22 de agosto de 1932, o Arq.º António Maria Veloso Reis Camelo<sup>4</sup> informa a Administração da CGD que irá entregar um anteprojeto para a construção do edifício da Filial num terreno localizado na Rua João de Deus (adquirido pela instituição à família Oriol de Pena).

Para além da aquisição deste terreno, ficou acordado entre a CGD e a Câmara Municipal, a doação, por parte desta, de uma parcela de terreno anexo ao lote adquirido, conforme consta na ata de sessão camarária de 20 de abril de 1932: *“Uma faixa de terreno, pertença deste Município, com a área de 294m<sup>2</sup>, sita no Bairro de Santana, nesta mesma cidade e que confina com a Avenida Combatentes da Grande Guerra e Rua João de Deus.”*<sup>5</sup> e cuja autorização governamental ficou expressa no Decreto N.º 21269<sup>6</sup>.

Após o parecer favorável dos serviços técnicos da Câmara Municipal ao projeto apresentado<sup>7</sup>, foi publicado o concurso público para a construção do edifício em 15 de julho de 1933.

Foram rececionadas cinco propostas, sendo a cotação dos empreiteiros Ernesto Augusto Costa e Eduardo Lopes e Silva a que apresentava o valor mais favorável (545.330\$00), decidindo a CGD adjudicar-lhes os trabalhos, conforme Ofício n.º 75 de 15 de agosto de 1933. O contrato foi celebrado em 28 de setembro desse ano, com prazo de conclusão até 28 de setembro de 1934, tendo sido realizadas de imediato obras de montagem de tapumes para vedação do espaço.

No entanto, um erro das medições constantes na planta camarária inviabilizou o projeto, dando origem a indemnizações a atribuir ao Arq.º António Maria Veloso Reis Camelo e aos empreiteiros Ernesto Augusto Costa e Eduardo Lopes e Silva.

---

<sup>4</sup> *Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura* (1931, 1942, 1945).

<sup>5</sup> AHCGD, Caixa 16, Pasta DPO-101 (Leiria) – CGDCP Contencioso.

<sup>6</sup> *Diário do Governo*, I Série, N.º 118, de 21 de Maio de 1932.

<sup>7</sup> Encontravam-se previstas esculturas do artista Ruy Gameiro e frescos do pintor Lino António.



## **A construção do primeiro edifício**

A cedência do terreno camarário só se efetivaria em 19 de abril de 1940 aquando da aceitação, por parte da CGD, do pagamento de 500\$00 à Câmara Municipal pelo espaço. Assim, as confrontações seriam: Rua Correia Mateus (Sudeste), Rua João de Deus (Sudoeste), Largo 5 de Outubro (Nordeste) e diversas construções (Noroeste), totalizando o espaço 398m<sup>2</sup>.

O Arq.º Luís Cristino da Silva<sup>8</sup> assinou, em 27 de maio desse ano, a Memória Descritiva do novo anteprojecto do edifício a instalar, propondo uma construção na qual *“Procurámos unificar tanto quanto possível, a arquitectura adoptada nas fachadas do edifício, a-fim-de lhe imprimir o necessário carcter e sobriedade, visto tratar-se duma instalação oficial.”*<sup>9</sup>.

O edifício seria constituído por cave e rés-do-chão (ambos para os serviços da CGD), piso intermédio (para os serviços da Casa de Crédito Popular e do Posto Médico e Inspeção) e 1.º andar (para habitação do chefe da Filial), possuindo, ainda, três casas-fortes.

O edifício estaria dotado de uma torre com relógio com 16 m de altura (voltada para o Largo 5 de Outubro), a qual se salientaria 5,50m acima dos beirais do edifício (o relógio viria a ser adjudicado à firma Charles Herting, Lda e instalado em 25 de maio de 1949).

Este anteprojecto foi objeto de diversas sugestões de alterações, nomeadamente a supressão da cave devido aos condicionalismos resultantes das características do subsolo pois encarecia a construção. O anteprojecto alterado recebeu aprovação da CGD em 24 de fevereiro de 1941.

Para a realização de trabalhos preparatórios para a futura implementação do projeto, em 27 de junho desse ano foi publicado o anúncio do concurso público

---

<sup>8</sup> *Medalha de Honra* da Sociedade Nacional de Belas Artes (1943), *Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura* (1944), *Prémio Nacional de Arte* do Secretariado Nacional de Informação (1961).

<sup>9</sup> AHCGD, Caixa 16, Pasta DPO-101 (Leiria) – Memória Descritiva.



para demolição do edifício situado no terreno adquirido pela CGD, iniciando-se os trabalhos em 1 de outubro do mesmo ano e concluídos no dia 20 desse mês.

As sondagens para avaliação do subsolo com vista à montagem dos alicerces para a construção do edifício foram adjudicadas em 25 de junho de 1941 à firma Ricardo Esquível Teixeira Duarte, tendo resultado num projeto para instalação de fundações que previa “(...) o *emprego de cerca de 215 estacas de madeira envolvidas por massame de betão, onde irá apoiar os alicerces correntes do edifício.*”<sup>10</sup>, e cuja realização foi adjudicada à mesma empresa. As fundações iniciaram-se em 23 de março de 1942.

Após a assinatura da Memória Descritiva definitiva por parte do Arq.º Luís Cristino da Silva em 20 de junho de 1942, o processo da construção do edifício desenvolveu-se com a aprovação do projeto, conforme informação do arquiteto ao Conselho de Administração da CGD em 22 de junho, na qual é referido que o custo total se cifraria em 1.298.442\$25. Também a Câmara Municipal emitiu parecer positivo relativamente ao projeto.

O concurso público foi autorizado em 7 de agosto desse ano pela Administração da CGD e publicitado na imprensa, com data-limite de entrega de propostas até 2 de setembro. No entanto, não foi rececionada nenhuma proposta sendo o processo adiado.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei N.º 32337 de 23 de outubro de 1942, nomeadamente o expresso no Art.º 1.º, “*As obras de construção, ampliação e conservação de edifícios da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência serão administradas e fiscalizadas por uma comissão administrativa dependente do Ministério das obras Públicas e Comunicações, através da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.*”<sup>11</sup>, o projeto teve de aguardar a publicação do regulamento da Comissão Administrativa das Obras da Caixa

---

<sup>10</sup> AHCGD, Caixa 16, Pasta DPO-102 (Leiria) – Relatório do Eng.º Francisco M. Henriques, de 23 de novembro de 1941.

<sup>11</sup> *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 246, de 23 de Outubro de 1942.



---

Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CAOCGDCP), que ocorreu em abril de 1943, tendo como engenheiro diretor delegado José Espregueira Mendes.

A Comissão iniciou o processo em 30 de agosto de 1943, solicitando ao Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais autorização de abertura de concurso público e enviando, paralelamente, o projeto à Câmara Municipal para obtenção de aprovação. O projeto foi aprovado pelo Conselho Superior de Obras Públicas em 18 de janeiro de 1944.

O concurso para a empreitada de construção do edifício foi publicado em *Diário do Governo* de 7 de fevereiro de 1944, III Série, N.º 30, com data de abertura de propostas prevista para o dia 26 seguinte. Foram rececionadas três propostas, sendo celebrado o contrato N.º 54070/228 em 28 de setembro desse ano com a empresa Joaquim F. Rocio & Companhia (Irmão) pelo valor de 1.489.500\$00. Este contrato foi visado e aprovado pelo Tribunal de Contas em 9 de dezembro de 1944.

O início dos trabalhos foi formalizado pelo Auto de Consignação de Trabalhos, datado de 1 de janeiro de 1945, com prazo de execução de 540 dias.

Em 15 de agosto de 1946 foi solicitada, pela empresa, a prorrogação do prazo até 31 de dezembro desse ano, pedido aceite pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC). Devido às continuadas dificuldades de aquisição de materiais, a empresa solicitou, em 30 de janeiro de 1947, nova prorrogação propondo a data de 31 de julho do mesmo ano. No entanto, o MOPC não aceitou a data sugerida, definindo a prorrogação até 30 de abril.

O Auto de Vistoria para Receção Provisória decorreu em 15 de abril de 1947 e o Auto de Receção Definitiva registou-se em 16 de janeiro de 1948, ocorrendo a inauguração das instalações em 28 de maio desse ano, sendo Carlos Piedade Júnior o gerente da Filial (entre 1938 e 1966).

Em 24 de novembro de 1948, foi adjudicada ao pintor Cândido Costa Pinto um vitral que ficaria provisoriamente instalado na porta do Pavilhão de Edifícios e Monumentos da Exposição “15 Anos de Obras Públicas 1932-1947”, realizada



---

em 1948 no Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Este vitral seria, posteriormente, colocado na Filial de Leiria.

### **A construção do segundo edifício**

O incremento da atividade bancária, a crescente afluência de público e a disponibilização de novos serviços, foi impondo a necessidade de se proceder a constantes remodelações dos espaços internos, assim como ampliações através da aquisição de edifícios anexos.

Na década de 1970 começa a ser delineada a construção de um novo edifício que se coadunasse com a imagem de qualidade e dimensão da CGD, adequado à diversidade de serviços disponibilizados e que, simultaneamente, se enquadrasse na malha urbana local.

Foi convidado o Arq.º Raul Chorão Ramalho para a elaboração do projeto, tendo este assinado a Memória Descritiva do novo edifício em 29 de janeiro de 1978.

Para a implementação do projeto foram adquiridos terrenos e edifícios contíguos à Filial, com vista à ampliação da área a construir, procedendo-se à transferência dos serviços para um edifício situado na Rua Comandante João Belo, n.º 7, e realizando-se a demolição do edifício da Filial.

A construção do edifício decorreu entre 1981 e 1984, ocupando uma área de 1000m<sup>2</sup> e possuindo 4300m<sup>2</sup> de área de construção, com a fachada voltada para a Praça Goa, Damão e Diu, zona central da cidade.

O edifício é constituído por cinco pisos, os quais apresentam a seguinte distribuição de funcionalidades:

- Cave - equipamento técnico e arquivos;
- Rés-do-chão e 1.º andar - atendimento ao público (depósitos, câmbios, etc.);
- 2.º andar - serviços de crédito, inspeções médicas e posto médico;
- 3.º andar - salão para reuniões e residência do gerente.



---

A inauguração decorreu em 17 de dezembro de 1984, tendo sido gerente da Filial Saúl das Neves Costa e Cunha (entre 1966 e 1986). Em 1988, o quadro de pessoal da Filial era composto por 63 funcionários.

A modernização manteve-se como uma preocupação constante com o objetivo de adequar os serviços às novas solicitações da atividade bancária, tendo a Filial sido em 1976 integrada na rede de teleprocessamento. Em 1988 possuía dezasseis terminais afetos a esta tecnologia, uma ATM interna, duas máquinas para atualização de cadernetas e um cofre diurno/noturno.

Considera-se que o novo edifício da Filial de Leiria “(...) estabelece a transição da zona de construção mais recente para a zona histórica, contribuindo para valorizar a volumetria local e organizando, em termos urbanos, os espaços envolventes.”<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> *Boletim de Informação Interna*, Dezembro de 1984, n.º 15, CGD-Gabinete de Codificação e Emissão de Normas.



---

## Bibliografia

- AHCGD, Caixa 16, Pastas DPO-99, 101 e 102 (Leiria).
- AHCGD, Caixa 17, Pastas DPO-104 e 105 (Leiria).
- Boletins de Informação Interna da CGD
- Diários do Governo.
- *Lei Orgânica da Caixa Geral de Depósitos, Decreto com força de lei n.º 4 670 de 14 de Julho de 1918, Diplomas Complementares*, Tipografia da Caixa Geral de Depósitos, Lisboa, 1927.

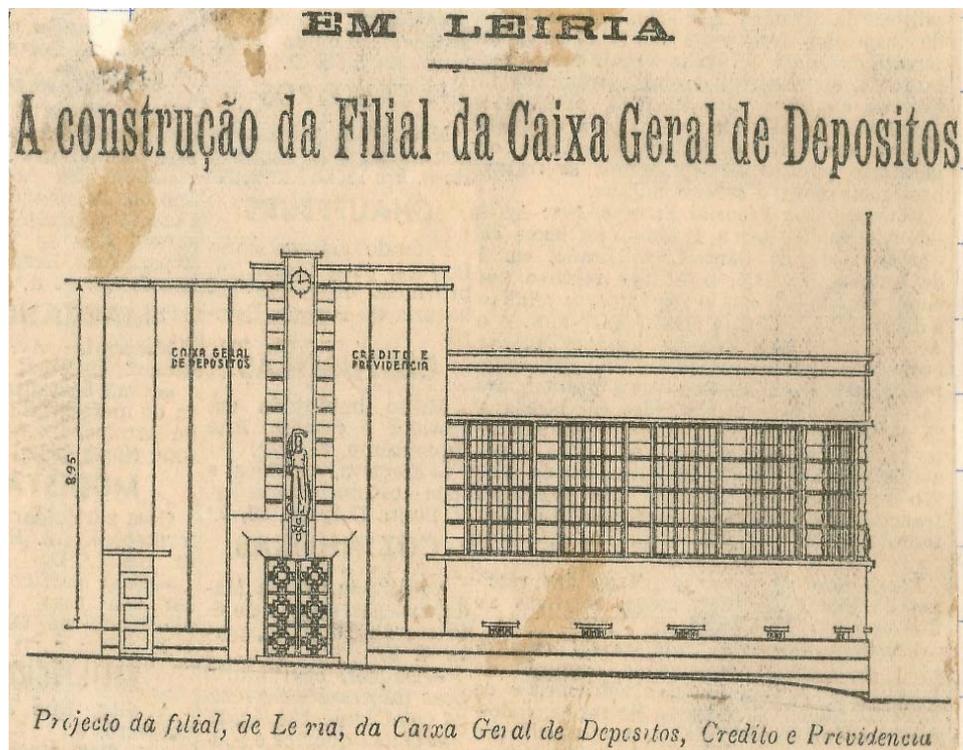
Joaquim Pombo Gonçalves  
Gabinete do Património Histórico da CGD  
Julho de 2016



## Galeria de Imagens



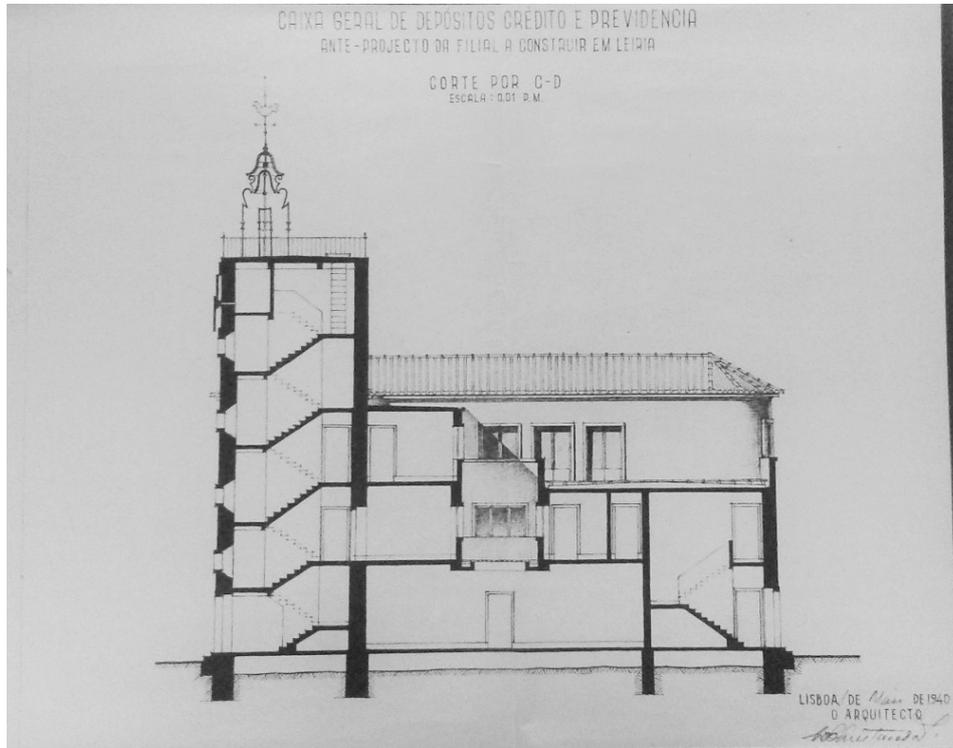
Fonte: *Boletim de Informação Interna*, ano VI, Outubro de 1988, n.º 61-Suplemento –  
Aspeto atual das primitivas instalações em 1919 no Largo das Galinhas - 1988



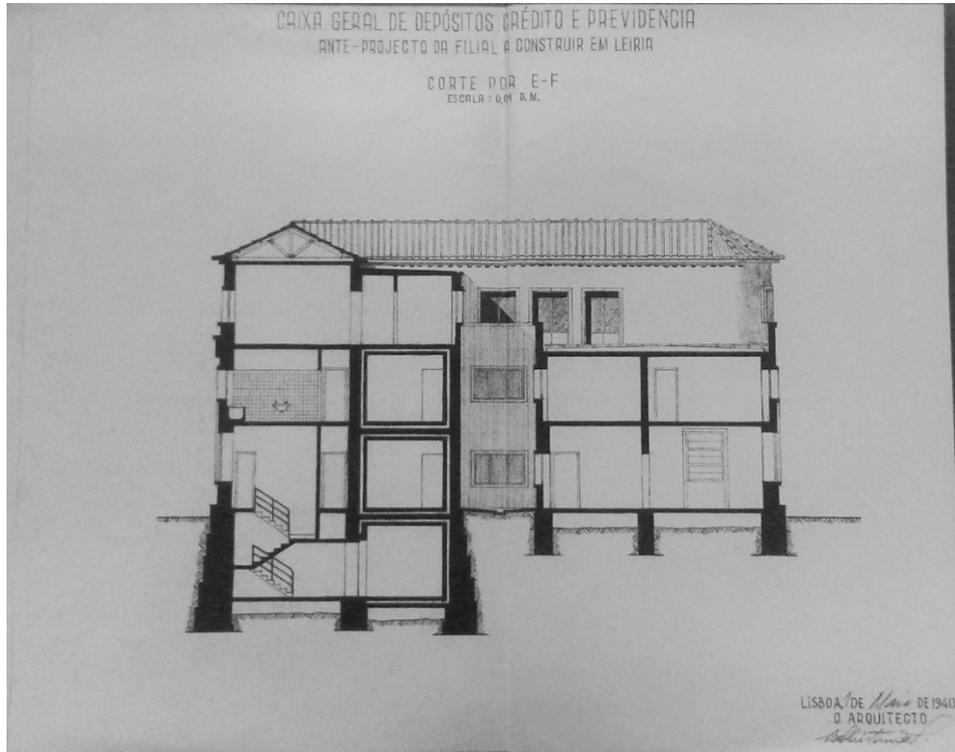
Fonte: AHCGD – Projeto não executado - 1932



Fonte: AHCGD – Local de construção: Praça de Automóveis, junto à Rotunda de Santana - 1932



Fonte: AHCGD – Anteprojecto: corte C-D - 1940



Fonte: AHCGD – Anteprojecto: corte E-F - 1940





Fonte: *Boletim de Informação Interna*, ano VI, Outubro de 1988, n.º 61-Suplemento –  
Enquadramento do edifício na malha urbana - 1948



Fonte: AHCGD – Aspeto interior - 1984



Fonte: AHCGD – Edifício - 1984